

Português brasileiro



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade
TERESA DIB ZAMBON ATVARIS



Conselho Editorial
Presidente
MÁRCIA ABREU

EUCLIDES DE MESQUITA NETO – IARA LIS FRANCO SCHIAVINATTO
MARCOS STEFANI – MARIA INÊS PETRUCCI ROSA
OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR. – RENATO HYUDA DE LUNA PEDROSA
RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

Organização
Charlotte Galves
Mary A. Kato
Ian Roberts

Português brasileiro

UMA SEGUNDA VIAGEM DIACRÔNICA

Homenagem a Ilza Ribeiro

EDITORA
UNICAMP

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMAS DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
BIBLIOTECÁRIA: MARIA LÚCIA NERY DUTRA DE CASTRO – CRB-8ª 1724

P838 Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica / organização: Charlotte Galves, Mary A. Kato e Ian Roberts. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

1. Língua portuguesa – Português falado – Brasil. 2. Língua portuguesa – Brasil – Gramática. 3. Língua portuguesa – Sintaxe. 4. Linguística. I. Galves, Charlotte. II. Kato, Mary A. III. Roberts, Ian. IV. Título.

CDD – 469.798

– 469.5

– 469.5

– 410

ISBN 978-85-268-1485-1

Copyright © by Charlotte Galves, Mary A. Kato e Ian Roberts
Copyright © 2019 by Editora da Unicamp

Esta publicação conta com o apoio da Fapesp (processo n. 2018/21277-4).

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

Sumário

PREFÁCIO – <i>Charlotte Galves e Mary A. Kato</i>	7
LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS	19
LISTA DE LÍNGUAS E FAMÍLIAS DE LÍNGUAS (COM E SEM SIGLA)	21
1. GRAMÁTICAS “MARGINAIS” E MUDANÇAS SINTÁTICAS “EXTREMAS”: O INGLÊS E O PORTUGUÊS BRASILEIRO – <i>Ian Roberts</i>	23
2. SOBRE O PAPEL DO CONTATO LINGUÍSTICO NAS ORIGENS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO – <i>Juanito Ornelas de Avelar</i>	57
3. O SUJEITO NULO REFERENCIAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU – <i>Maria Eugênia Lammoglia Duarte</i>	93
4. REVISITANDO A CONCORDÂNCIA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO – <i>Charlotte Galves</i>	127
5. CLÍTICOS ACUSATIVOS DE TERCEIRA PESSOA EM PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO CONCORDÂNCIA DE OBJETO – <i>Jairo Nunes</i>	151
6. O OBJETO NULO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: SINCRONIA E DIACRONIA – <i>Sonia Cyrino</i>	173
7. POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO – <i>Maria Aparecida Torres Moraes e Heloísa Maria M. Lima Salles</i>	201
8. ALGUMAS PARTICULARIDADES DO DP NAS VARIEDADES BRASILEIRAS DO PORTUGUÊS – <i>Ruth E. V. Lopes</i>	225

9.	A AUXILIARIZAÇÃO EM PORTUGUÊS: ASPECTO, NOVAS FORMAS E IMPLICAÇÕES TEÓRICAS – <i>Lorenzo Vitral e Sueli Maria Coelho</i>	253
10.	UMA HISTÓRIA DAS RELATIVAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO – <i>Maria Cristina Figueiredo Silva</i>	283
11.	ESTUDOS SOBRE FOCO E INTERROGATIVAS-Q NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: MUDANÇAS SINTÁTICAS E FONOLÓGICAS – <i>Mary A. Kato</i>	313
	POSFÁCIO: DA PRIMEIRA À SEGUNDA VIAGEM – <i>Ian Roberts</i>	337
	SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES.....	353

*Prefácio**

*Charlotte Galves
Mary A. Kato*

O conjunto de ensaios que compõe este volume expressa os desenvolvimentos dos estudos diacrônicos relativos ao português brasileiro (doravante PB), cujos primeiros passos estavam reunidos no livro *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*, organizado por Ian Roberts e Mary Kato em 1993. Esta é, portanto, a “segunda viagem”, que dedicamos a Ilza Ribeiro, autora de um capítulo do primeiro livro e incansável incentivadora dos estudos diacrônicos no Brasil, que, infelizmente, nos deixou recentemente. No quarto de século que separa os dois volumes, os caminhos iniciais foram mais sistematicamente explorados e outros começaram a ser trilhados. Uma quantidade enorme de dados novos foi produzida, permitindo entender melhor a natureza e a complexa formação dessa nova vertente da língua portuguesa que se implantou no Brasil. O leitor encontrará aqui temas familiares e recorrentes dos estudos gerativistas e variacionistas a respeito do PB, já presentes no livro anterior, como o sujeito nulo (cap. 3), o enfraquecimento da concordância (cap. 4), a morfossintaxe dos pronomes clíticos (cap. 5), o objeto nulo (cap. 6), a sintaxe da posse (cap. 7), os auxiliares (cap. 9), a expressão da relativização (cap. 10), as construções de Foco e as orações interrogativas (cap. 11). Também deparará com fenômenos não considerados, como o Sintagma Nominal (cap. 8), e com abordagens novas tanto no que diz respeito à descrição e análise dos fenômenos em si, quanto

* Agradecemos a toda a equipe de autores pela colaboração na montagem deste Prefácio.

à sua dinâmica no tempo e às causas de suas mudanças. A questão da relevância do contato linguístico na formação do PB, em particular, é abordada nos dois primeiros capítulos. Como no volume anterior, os estudos apresentados articulam, em graus distintos conforme cada capítulo, abordagem sincrônica e abordagem diacrônica, levantando um leque de questões ligadas tanto à compreensão da natureza gramatical do PB, quanto à dinâmica da sua formação.

A seguir, apresentamos cada contribuição mais em detalhe, apontando para os cruzamentos entre capítulos, que constituem a rede final do livro.

O capítulo de Roberts, que abre o livro, traz o contato linguístico ao centro das discussões, propondo um paralelismo tão interessante quanto inesperado entre o inglês moderno e o PB, ao considerá-los como “marginais sintáticos” nas suas famílias linguísticas respectivas, as línguas germânicas para o primeiro e as românicas para o segundo. Em ambas as línguas, observam-se fenômenos sintáticos que as distinguem muito fortemente das línguas que lhes são geneticamente relacionadas. Com base numa matriz contendo os valores de dez parâmetros em dez línguas românicas e germânicas, o autor evidencia a “marginalidade” do inglês e do PB. O primeiro, por exemplo, é a única língua germânica a não apresentar o fenômeno do verbo em segunda posição (V2) e a possuir “uma classe sintaticamente definível” de auxiliares. O PB, do seu lado, se diferencia das suas congêneres em relação ao movimento do verbo, ao sistema de clíticos e à possibilidade de nomes nus singulares contáveis. No que concerne ao inglês, o autor discute em detalhes a recente proposta de Emonds e Faarlund (2014) de que o inglês médio não é senão o norueguês antigo (*old norske*) relexificado, em decorrência de uma forte situação de contato entre os habitantes saxões e os *vikings* da Grã-Bretanha por volta do ano 1000. Ele refuta tal hipótese com base em vários argumentos. Primeiro, o fato de que não sabemos nada a respeito do norueguês antigo, do qual não subsistiram documentos escritos. Segundo, dada a proximidade genética do inglês antigo com as línguas norte-germânicas, evoluções internas ao inglês poderiam ter sido precipitadas pelo contato. Enfim, as principais mudanças que tornaram o inglês tão diferente das outras línguas germânicas (perda de V2, emergência do auxiliar “do”, entre outras) surgiram séculos depois do contato entre as populações escandinavas e as anglo-saxãs. Isso leva

o autor a concluir que elas foram endógenas (via cascata – cf. Biberauer & Roberts, 2008) ou devidas a um substrato mais antigo, como o celta.

Já, no que tange ao PB, o autor adota a conclusão de Avelar e Galves (2014, 2016) de que as fortes particularidades sintáticas dessa língua em relação às outras línguas românicas são devidas ao contato com as línguas do grupo Bantu trazidas ao Brasil pelo tráfico negreiro, a consequência gramatical desse contato sendo a alteração do valor do parâmetro da concordância de Baker (2008). Nas últimas seções, o autor discute a relação entre contato e mudança paramétrica, indagando em particular se a noção intuitiva de marginalidade tipológica pode receber uma caracterização teórica genuína levando em conta a tipologia de parâmetros proposta por Biberauer e Roberts (2012, 2016).

O efeito do contato na mudança linguística é também o objeto do capítulo 2, de Avelar, que discute o papel do aporte africano, em particular do grupo das línguas Bantu, na origem do PB, a partir da observação de fatos gramaticais estranhos ao português europeu (doravante PE), mas largamente identificados em variedades brasileiras e africanas da língua. O objetivo é associar essa convergência gramatical atestada no eixo África-Brasil a mudanças desencadeadas por contato, que produziram traços inovadores idênticos ou similares nos dois lados do Atlântico. Retomando a proposta de Avelar e Galves (2014), o autor faz uma distinção entre os fenômenos que resultam da transferência de padrões frásicos de L1 para L2 e aqueles que correspondem a inovações desencadeadas pela dificuldade de aprendizagem da língua-alvo por falantes de línguas muito distintas. Dentre os primeiros encontram-se as construções muito geralmente cunhadas de “tópico-sujeito”, que abrangem inversão locativa e alçamento do possuidor, cuja característica inovadora no PB é a realização da concordância entre o verbo e o sintagma fronteado. Essas construções são comuns nas línguas do grupo Bantu, como o são também as estruturas de hiperalçamento, muito discutidas na literatura sobre o PB na última década. Convém ressaltar que os fatos gramaticais abordados envolvem propriedades da chamada *posição sujeito* e vêm sendo apresentados na literatura como associados a mudanças no licenciamento de sujeitos nulos e/ou relacionados ao estatuto de *língua com proeminência de tópico* atribuído ao PB. Central na discussão é a simplificação do paradigma verbo-flexional, também discutida nos capítulos 3 (sujeito nulo) e 4 (o

enfraquecimento da concordância), cuja causa tem sido atribuída à perda das flexões de segunda pessoa do singular (ligada à generalização da forma de tratamento “você”, cf. cap. 3) e primeira do plural, mas se deve possivelmente a alterações desencadeadas pela aquisição do português como segunda língua, o que nos remete ao segundo efeito do contato mencionado acima. A conclusão do capítulo é a de que existem razões fortes o suficiente para investir em uma agenda de investigação voltada às dinâmicas de contato linguístico no Brasil e na África, na tentativa de elucidar importantes questões históricas sobre a formação do PB.

O capítulo 3, de Duarte, foca um aspecto do PB longamente debatido desde os anos 1980, uma vez que põe em questão um dos fenômenos emblemáticos da Teoria de Parâmetros (Chomsky, 1981, 1986), o sujeito nulo. Análises sincrônicas e diacrônicas desse fenômeno no PB são rediscutidas à luz de um refinamento dos contextos que ainda licenciam o sujeito nulo nessa língua. A análise diacrônica se baseia num amplo conjunto de trabalhos efetuados tendo como base um *corpus* de peças teatrais escritas e apresentadas no Rio de Janeiro, entre 1845 e 1992, que mostram a gradual diminuição do sujeito nulo, e sua substituição por pronomes lexicais, na expressão do sujeito anafórico. Busca-se, por outra parte, numa análise contrastiva da fala brasileira e portuguesa gravada entre os anos 2009 e 2010, apontar os principais aspectos que distinguem as duas variedades. Os resultados mostram, por um lado, comportamentos quantitativamente distintos, mas ainda sujeitos às mesmas restrições estruturais, o que permite entender os caminhos que levam à implementação do pronome expreso e ainda à admissão de sujeitos nulos. Por outro lado, reforçam o papel da proeminência de um elemento saliente, sintaticamente acessível, na identificação do sujeito nulo, questão retomada no capítulo 5 a respeito do enfraquecimento da concordância. Contudo, os estudos tanto diacrônicos quanto sincrônicos confirmam que, mesmo com tal elemento proeminente, o sujeito expreso é amplamente preferido no PB. Esses resultados contribuem também para levantar questões sobre o estatuto de língua de sujeito nulo “parcial” atribuído ao PB – questão igualmente retomada no capítulo 5. Diante da impossibilidade de obter dados comparáveis em outras línguas alegadamente do mesmo tipo, torna-se difícil esclarecer se as evidências apresentadas para outros sistemas, tanto do sujeito nulo de referência definida quanto do sujeito nulo de referência

genérica, estão em distribuição complementar com sujeitos expressos ou constituem uma variação produzida pela competição de gramáticas, cujo desfecho poderia ser a perda total do fenômeno.

O capítulo 4, de Galves, retoma a discussão da natureza da concordância no PB e sua relação com a derivação sintática de várias construções que distinguem essa variedade do português da variedade europeia. Partindo da hipótese do enfraquecimento da concordância como base de muitas dessas propriedades peculiares (Galves, 1993), são apresentadas e problematizadas várias análises subsequentes propondo uma codificação sintática da concordância fraca subjacente à natureza peculiar do sujeito nulo, e aos fenômenos de hiperálçamento, no quadro teórico da Teoria de Princípios e Parâmetros, particularmente no modelo minimalista. Essas análises podem ser divididas em dois grupos no que diz respeito à natureza da posição sujeito no PB. Para alguns autores, trata-se de uma posição A-barra, assimilável a uma posição de tópico. Outros, pelo contrário, argumentam que as propriedades de sujeito e de tópico ainda são distintas na língua e que as características peculiares das primeiras se devem essencialmente à incompletude ou fraqueza de traços da categoria Tempo. O capítulo argumenta a favor da primeira hipótese, seguindo a análise inicialmente proposta por Avelar e Galves (2011), que deriva a natureza A-barra da posição de especificador de Tempo da sua independência em relação à ação dos traços-phi herdados da categoria Comp (Chomsky, 2000). Argumenta-se que esse modelo consegue explicar um conjunto importante de propriedades morfossintáticas do PB, em particular todas aquelas que podem ser atribuídas à influência das línguas africanas, discutidas nos capítulos 1 e 2. Deriva-se também dessa abordagem uma nova concepção da relação entre morfologia e sintaxe, na mudança que leva ao PB. Em particular, não se procura codificar as propriedades morfológicas da flexão verbal nos traços abstratos associados à categoria T. Concretamente, não se traduz o empobrecimento da morfologia pelo enfraquecimento, ou pela incompletude, dos traços-phi. A parametrização da derivação sintática ainda faz referência a esses traços, mas está centrada na variação do ponto na derivação em que se dá sua transferência de Comp para T (cf. Holmberg, 2010). Desse ponto de vista, a relação entre morfologia e sintaxe é mais de compatibilidade entre os dois módulos do que de dependência da segunda em relação à pri-

meira. Essa conclusão vai ao encontro da afirmação de Bobaljik (2002) de que a morfologia não é a causa, mas o reflexo da estrutura sintática.

O capítulo 5, de Nunes, discute um outro tema recorrente da literatura sobre o português, em todas as suas variantes: o uso e a morfossintaxe dos pronomes clíticos. Na literatura sobre o PB, há o consenso de que os clíticos acusativos de terceira pessoa são adquiridos tardiamente via escolarização e estão, portanto, associados a maior grau de letramento, registro formal e língua escrita, ou seja, fazem parte da gramática do letrado (Kato, 2005). O autor procura identificar a natureza desses elementos em tal gramática. Com base em uma série de diferenças de colocação em relação aos clíticos acusativos *me* e *te*, argumenta que os chamados clíticos acusativos de terceira pessoa são na verdade marcadores de concordância de objeto em português brasileiro. Assumindo que cada forma verbal flexionável admite uma só marca de concordância na sua flexão, e que as formas verbais invariáveis não admitem nenhuma, a colocação do pronome passa a depender das propriedades morfológicas do verbo a que se associa (se o verbo admite ou não concordância e se a concordância de sujeito está ou não presente). Deriva-se assim, por exemplo, a manutenção do alomorfe *lo/la* com as formas verbais infinitivas não flexionadas (*vê-la* = *ver* + *a*), mas sua perda nas formas flexionadas de segunda pessoa do singular (**vê-la* = *vês* + *a*) ou primeira pessoa do plural (**vemo-la* = *vemos* + *a*). Adicionalmente, a condição de último recurso operando sobre o movimento sintático explica por que, na impossibilidade das formas asteriscadas acima, deriva-se a próclise ao verbo flexionado: “*tu a vê*”, “*nós a vemos*”. A sintaxe de colocação diferenciada do pronome clítico de terceira pessoa se explica assim pela reanálise que os falantes que o adquirem tardiamente fazem a respeito da sua natureza categorial. O autor ressalta que o intrincado padrão de colocação apresentado não é ensinado pela escola, até porque diverge dos padrões encontrados nos textos tomados como modelos, pertencentes ao português europeu moderno e clássico. Evidencia-se assim o efeito da gramática universal, que faz com que os falantes saibam muito mais do que aprendem, o que Chomsky rotula de problema de Platão. Uma vez que o pronome clítico passa a ser uma marca de concordância, o seu comportamento segue simplesmente os princípios morfológicos e sintáticos que regem esses elementos.

O capítulo 6, de Cyrino, discute o objeto nulo (ON) do PB sob os pontos de vista sincrônico e diacrônico, a partir de certas propriedades que apresenta: possibilidade de leituras estrita e imprecisa, restrição a antecedentes animados e impossibilidade de sujeitos da oração matriz como antecedentes. Em trabalho anterior, a autora (Cyrino, 1994) analisou os ONs do PB como elipse de DP, isto é, como DPs inaudíveis c-comandados pelo verbo lexical posicionado em uma categoria funcional baixa dentro do Sintagma Flexional, ou seja, o ON do PB é elipse do DP objeto, sendo esta licenciada pelo verbo (V) que se moveu para *inner aspect* (Asp_{inn}), um núcleo entre vP e VP, condição essa não satisfeita no PE. Em Cyrino (2018), propõe-se que os DPs animados se movam para fora de VP, ao contrário do que ocorre com os DPs inanimados e plurais nus. Logo, DPs animados não podem ser elididos, pois, estando fora de vP, não serão licenciados pelo verbo em Asp_{inn} P. Na seção referente à descrição diacrônica, a autora parte dos seus primeiros trabalhos, de ordem diacrônica (Cyrino, 1993, 1994, 1997), usando a hipótese de que o PB perdeu o movimento longo do verbo e os clíticos de terceira pessoa, que foram substituídos pela elipse em sua função anafórica. Esses trabalhos de Cyrino já mostram que houve uma extensão de casos de elipse do clítico neutro para os clíticos não neutros cujo antecedente é [-animado]. O trabalho se debruça sobre casos analisados como ON na literatura, mas que são discutíveis, podendo ser considerados como casos de elipses de vP, ou de *topic-drop*, que não são o ON típico do PB. Discute também o paralelismo de estruturas, visto como fator favorecedor para ON já na análise sincrônica. Porém os resultados diacrônicos apresentados nesse capítulo apontam para o fato de que a propriedade relevante para a ocorrência do objeto nulo no PB é a animacidade do objeto, indicando assim que o traço [-animado] do antecedente do ON parece se sobrepor ao fator paralelismo.

O capítulo 7, de Torres Morais e Salles, apresenta uma abordagem descritiva e uma proposta de análise formal para a distribuição e interpretação dos possessivos de terceira pessoa, *lhe/lhes*, focalizando a perda da construção de posse externa no PE (*O médico examinou-lhe a garganta*). Nessa construção o argumento possuidor se superficializa como clítico dativo, ou como um argumento não pronominal marcado pela preposição dativa *a* (*O médico examinou a garganta ao menino*).

As autoras argumentam que a relação possessiva entre o objeto indireto (possuidor) e o objeto direto (possuído) é mediada pela projeção de um núcleo aplicativo (Torres Morais, 2013; Torres Morais & Salles, 2016). Com base em Pancheva e Zubizarreta (2018), propõe-se um traço interpretável de pessoa (traço-p) no núcleo aplicativo, o qual é responsável pela marcação gramatical do objeto indireto dativo como centro do ponto de vista ou da perspectiva. A hipótese das autoras é que a perda dos clíticos dativos de terceira pessoa na história do PB impede a ativação do traço-p interpretável do núcleo aplicativo. Com isso, as formas genitivas preposicionadas *de + ele/ela/eles/elas* se afirmam na expressão da relação possessiva, configurando construções de posse interna (*O médico examinou a garganta do menino*).

Na abordagem descritiva as autoras trazem o estudo diacrônico de Barros (2006), que mostra quantitativamente como a forma genitiva se afirma e substitui a forma clítica dativa. No século XXI, enquanto o clítico dativo é encontrado numa frequência residual de 5,5%, a expressão genitiva de posse alcança 85,48%. O estudo mostra ainda o baixo percentual de 26% das formas possessivas pré-nominais, no século XVII. Citando o estudo de Torres Morais e Ribeiro (2014), as autoras relatam resultados na mesma direção desde o português antigo. No texto do século XIV examinado, constata-se que os clíticos dativos são praticamente categóricos na realização da posse dativa, não havendo, além disso, restrições quanto a contextos verbais. Para as autoras o fenômeno da baixa produtividade dos clíticos dativos no PB faz parte das reanálises do seu sistema pronominal de terceira pessoa, como já apontado por outros estudos em relação aos clíticos acusativos. Seguindo Kato, Cyrino e Correa (2009), as autoras afirmam que, embora a construção de posse externa dativa não esteja na gramática nuclear, o falante letrado pode tê-la adquirido via instrução da leitura e escrita.

O capítulo 8, de Lopes, começa com uma varredura do que há de comum entre o PE e o PB em relação ao DP, examinando brevemente, na sintaxe, a posição dos modificadores, e na semântica, o uso possível do DP definido singular ou plural em referência à espécie. Mas também mostra o que há de diferente, como o uso no PB de nomes singulares contáveis não antecedidos por artigo na posição de complemento em sentenças episódicas e como sujeito ou complemento em sentenças genéricas. Com

respeito à variação interna, a autora enfatiza as variedades não urbanas e as diferenças entre elas, trazendo estudos quantitativos e teóricos de vários autores, sobre comunidades rurais, ribeirinhas e caiçaras. A análise distribucional/formal é separada em três subseções: gênero e número em variedades não urbanas, o uso do artigo antes de nomes próprios e possessivos, nomes nus. No primeiro caso, estudam-se comunidades cuja gramática é fruto de contato multilíngue, nas quais se verifica uma mudança em direção à gramática das comunidades urbanas.

Em relação ao uso do artigo antes de nomes próprios e possessivos, é relatado o artigo clássico de Callou e Silva (1997), que faz primeiro um estudo diacrônico do PE desde o século XIII até o século XX e a seguir um estudo diacrônico do PB a partir do século XIX. Entre os muitos achados empíricos interessantes, as autoras observam que o uso do artigo é maior no Sul do que no Nordeste. O que se encontra nas variedades não urbanas é uma ausência quase categórica de artigos nesses contextos, como mostram também Ribeiro e Lopes (2010) sobre Helvécia e Lopes e Pagotto (2014) sobre a Baixada Cuiabana.

Finalmente, o capítulo examina os nomes nus (NNs), partindo do *nominal mapping parameter* de Chierchia (1998), que separa línguas como o chinês, que licenciam NNs de forma mais livre em função da falta de morfologia plural e de um sistema de determinantes, de línguas em que NNs tendem a ser restritos a substantivos plurais ou nomes massivos em posição argumental, a não ser que sejam nomes próprios. O PB, segundo Schmitt e Munn (1999), é um caso interessante, pois, embora licencie NNs singulares contáveis em posição argumental, possui paradigmas de determinantes definidos e indefinidos, com flexão de número e gênero. Lopes avança essa discussão através de trabalhos mais recentes, como Pires de Oliveira e Rothstein (2011), Schmitt e Galves (2014), entre outros.

No capítulo 9, Vitral e Coelho buscam desenvolver as questões relativas ao fenômeno da auxiliarização, concebendo tal fenômeno como o resultado de um processo diacrônico de formação de verbos auxiliares a partir de verbos lexicais. Partem de uma breve historiografia sobre o tema da auxiliaridade, adotando uma visão gerativista, segundo a qual os itens são vistos como tendo sofrido uma mudança da categoria verbo para categorias funcionais, como, por exemplo, para a categoria Tempo, caso em que eles seriam gerados diretamente na posição I/T. Dentro

desse quadro conceitual, argumentam que o aspecto é expresso pelas categorias Aux e Asp, sendo que T c-seleciona AuxP e Aux c-seleciona AspP, que por fim c-seleciona vP. Sendo assim, o verbo se move para Asp e o auxiliar se move para T. Ainda propõem que a ausência de morfemas específicos para marcar a categoria aspectual na flexão verbal e a necessidade de conotar noções aspectuais mais depuradas, relativas às fases de um evento ou mesmo à cumulação de mais de uma noção aspectual, causam a emergência de “novos auxiliares” no português do Brasil, a exemplo de perífrases verbais formadas por V1 (*a*)*garrar, danar, dar, desatar, destampar, disparar e pegar* seguido de verbos no infinitivo, ligados ou não por liame preposicional. Com base no *corpus* do português, Davies e Ferreira (2006) mostram o percurso diacrônico desses verbos, em que os primeiros registros como auxiliares aparecem para alguns já no século XIX, e outros, no século XX.

É a ineficácia das formas preexistentes para expressar novos matizes, sentidas como necessárias pelos falantes, que está na origem de novas formas. Na busca por princípios que expliquem a produtividade de processos de auxiliarização na língua, os autores esboçam alguns encaminhamentos teóricos apoiados na noção de subjetificação e na reflexão acerca de propriedades de natureza pragmáticas que assumem um papel fundamental como motivadoras do fenômeno de inovação linguística.

O capítulo 10, de Figueiredo Silva, objetiva contar uma história das relativas do PB. Começa com um artigo de Fernando Tarallo na “primeira viagem”, e o contrapõe a um artigo de Kato no mesmo volume, em que a autora procura contar uma história diferente. O PB e o PE apresentam duas possíveis formas mais gerais de se construir uma sentença relativa quando o elemento a ser relativizado consiste de um sintagma preposicionado: a estratégia do pronome relativo e a estratégia menor do pronome resumitivo (ou resumptivo). Para Tarallo, contudo, a estratégia inovadora do PB é a relativa cortadora, que começa a aparecer na metade do século XIX. O capítulo se propõe a atualizar a discussão segundo os textos produzidos mais recentemente, concentrando a discussão em dois pontos principais: (i) o estatuto do introdutor *que* da relativa – Complementizador ou pronome relativo? E (ii) os argumentos em favor da hipótese do Deslocamento à Esquerda (LD) como lugar de extração para as relativas cortadoras e resumptivas do PB. A

discussão se dá a partir dos trabalhos de Kennedy (2002) e de Kato e Nunes (2009), que fazem uso da hipótese de *raising* como formulada por Kayne (1994) para sentenças relativas.

A autora apresenta dados adicionais do século XIX, além de discutir o trabalho de Ribeiro (2009), que analisa a fala de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, localizadas no interior da Bahia. Para Ribeiro, o pronome relativo, nessas comunidades, só existe em relativas livres, ao passo que nas relativas restritivas com cabeça nominal, com exceção das que usam *onde*, o que se tem é um complementizador (= *that*). Figueiredo Silva argumenta que, mesmo em dialetos em que há apenas *que* para orações relativas, trata-se de um pronome relativo, dada a falta de simetria entre o *que* e o *that* do inglês, aderindo finalmente à tese de Kato (1993) e Kato e Nunes (2009) de que as relativas resumptivas e cortadoras provêm da extração a partir de uma posição de deslocamento. O capítulo ainda relata um trabalho de Ribeiro e Figueiredo (2009), em que as autoras examinam 53 atas escritas por 6 africanos no século XIX, em que encontram os seguintes tipos de relativas: 8 ocorrências de *pied-piping* com *que*, 1 caso de *onde*, 26 ocorrências de cortadora e 1 caso de relativa resumptiva. Para a autora do capítulo, a quantidade das relativas com *pied-piping* (8 casos) só se explica pela natureza formulaica dos dados.

O capítulo 11, de Kato, último desta série diacrônica, trata das interrogativas-Q do PB, começando com os estudos pioneiros de Duarte (1992), de Lopes-Rossi (1993), este publicado na “primeira viagem”, além do estudo de Duarte e Kato (2002). Tanto em Lopes-Rossi, quanto em Duarte e Duarte e Kato, o objetivo é tentar explicar a perda da ordem QVS, para adquirir o padrão QSV da última fase da mudança, no século XX, reconhecida modernamente como a forma-padrão pela gramática normativa. Nesses estudos, as autoras reconhecem formas intermediárias – as interrogativas clivadas inversas (*Q-é que tu fizeste*) e as clivadas reduzidas (*Q-que você faz?*). Igualmente nessa fase as autoras apontam o aparecimento das interrogativas *Q-in situ* (*O santo é padroeiro de quê?*). A clivagem irrestrita de constituintes para formar a interrogativa com e sem cópula levaria finalmente ao último padrão QSV, sem cópula.

A autora objetiva trazer principalmente uma reinterpretação dos fatos de mudança com base em estudos de Kato e Ribeiro (2009) e Kato (2013, 2014), com os seguintes pressupostos:

- i) dentro da visão cartográfica de Rizzi (1997), movimento interrogativo seria o mesmo que movimento de Foco;
- ii) além da periferia sentencial, as línguas podem dispor de uma periferia medial, com movimentos curtos, gerando o falso *Q-in situ*;
- iii) mudança na posição de Foco implicaria mudança de posição do constituinte-Q.

A partir desses pressupostos, o capítulo 11 mostra ainda que os estudos que antecederam a visão cartográfica, não mostraram o paralelismo nas mudanças entre estruturas de Foco e estruturas-Q. Esse capítulo mostra, porém, que, no século XIX, as clivadas passam de clivadas inversas a clivadas canônicas, com cópula inicial. Seguindo Kato (2014), o capítulo mostra igualmente que o que ocorre, também em clivadas, é mudança de movimento longo para movimento curto (ou *in situ*). A proposta de Kato (2012, 2014) para as variantes do PB, inexistentes no PE, é que nelas se recorre ao apagamento estilístico da cópula, apagamento esse que só ocorre em posição inicial (Kato, 2007), como em sentenças afirmativas com cópula e nas clivadas canônicas. Finalmente, recorrendo ainda a uma regra estilística, de haplogogia, o PB recorre ainda ao apagamento fonológico do complementizador *que* no contexto *Q-que SV* → *QSV*. O artigo mostra finalmente que o falante letrado faz mais uso de regras estilístico-fonológicas tanto na escrita quanto na fala (cf. Kato & Mioto, 2013).

Encerramos este Prefácio lamentando a ausência de Ilza Ribeiro como autora de um capítulo neste volume, mas o que se nota (e nos conforta) é que ela está presente nesta “segunda viagem” como colaboradora de vários artigos que serviram de base para vários capítulos. Além disso, sua presença é notada na construção da base de dados para estudos diacrônicos do PB, com seu domínio de documentos e dados antigos e, mais recentemente, com seu conhecimento da língua de contato dos afrodescendentes.

Ilza, você esteve conosco nas duas “viagens” e estará conosco sempre!

Lista de símbolos e abreviaturas

AdjP	Sintagma Adjetival	(Adjective Phrase)
AdvP	Sintagma Adverbial	(Adverb Phrase)
Agr	concordância	(<i>agreement</i>)
AgrP	Sintagma de Concordância	(Agreement Phrase)
ApplP	Sintagma Aplicativo	(Applicative Phrase)
Arg Ext	argumento externo	
Asp	aspecto	
Asp _{inn}	aspecto interno	(<i>inner aspect</i>)
Asp _{inn} ^P	Sintagma Aspectual Interno	(Inner Aspect Phrase)
Asp _{out}	aspecto externo	(<i>outer aspect</i>)
AspP	Sintagma Aspectual	(Aspect Phrase)
Asp _{perf}	aspecto perfeito	
Asp _{perf} ^P	Sintagma Aspectual Perfeito	(Perfect Aspect Phrase)
Aux	auxiliar	
Aux + V	auxiliar + verbo	
CLLD	Deslocamento à Esquerda Clítico	(Clitic Left Dislocation)
C(omp)	complementizador	
CP	Sintagma Complementizador	(Complementizer Phrase)
D	determinante	
DAT	traço dativo abstrato	
Def	definido	
D & G	discurso e gramática	
DOM	Marcação Diferencial do Objeto	(Differential Object Marking)
DP	Sintagma Determinante	(Determiner Phrase)
EPP	Princípio da Projeção Estendido	(Extended Principle Projection)
F	categoria funcional	
Fin	finito	
FocusP	Sintagma Foco	(Focus Phrase)
ForceP	Sintagma Força	(Force Phrase)
GEN	traço genitivo abstrato	
GenderP	Sintagma de Gênero	(Gender Phrase)
Ind	indefinido	
Infl	nó de flexão	(<i>inflection node</i>)
IP	Sintagma Flexional	(Inflectional Phrase)
It	iterativo	
LD	Deslocamento à Esquerda	(Left Dislocation)

PORTUGUÊS BRASILEIRO

LF	Forma Lógica	(Logical Form)
LOC	locativo	
Mod	modalidade	
N	nome/substantivo	
NN	nome nu	
NP	Sintagma Nominal	(Noun Phrase)
NumP	Sintagma de Número	(Number Phrase)
Nurc	Norma Urbana Culta	
OCl	objeto clítico	
OD	objeto direto	
OI	objeto indireto	
OV	ordem objeto-verbo	
Pass	passado	
PASS	voz passiva	
PCC	Restrição Pessoa Caso	(Person Case Constraint)
P + Det	preposição + determinante	
PF	Forma Fonética	(Phonetic Form)
Pl	plural	
Pon	pontual	
PossP	Sintagma de Posse	(Possessive Phrase)
PP	Sintagma Preposicional	(Prepositional Phrase)
Sg	singular	
Spec	especificador	(<i>specifier</i>)
Spec/AgrP	especificador do AgrP	(<i>specifier of AgrP</i>)
Spec/CP	especificador do CP	(<i>specifier of CP</i>)
Spec/PP	especificador do PP	(<i>specifier of PP</i>)
Spec/TP	especificador do TP	(<i>specifier of TP</i>)
SV	sujeito-verbo	
T	Tempo	
TAM	Tempo Aspecto Modo	
TopP	Sintagma Tópico	(Topic Phrase)
TP	Sintagma Temporal	(Tense Phrase)
V	verbo	
V2	verbo em segundo lugar	
VO	ordem verbo-objeto	
vP	Sintagma Verbal	(Little Verb Phrase)
VP	Sintagma Verbal	(Verb Phrase)
VS	verbo-sujeito	
Wh/Q	operador-Wh/Q	
XP	sintagma máximo	(<i>maximal phrase</i>)